

1) No que concerne ao tempo do crime, nosso Código Penal adotou a teoria

- A) do resultado.
- B) da ubiquidade.
- C) mista.
- D) da atividade.

2) Juiz de Direito, que deixa de ordenar, sem justa causa, a imediata liberação de adolescente, ao tomar conhecimento da ilegalidade da apreensão, pratica

- A) crime previsto no Código Penal.
- B) crime previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente.
- C) crime previsto na Lei de Abuso de Autoridade.
- D) mera irregularidade funcional.

3) A ação penal, nos crimes complexos, via de regra será

- A) pública incondicionada.
- B) pública condicionada.
- C) privada.
- D) pública, subsidiária da ação privada.

4) A retratação não é cabível, nos crimes de

- A) calúnia.
- B) injúria.
- C) difamação.
- D) calúnia e injúria.

5) O dolo é subsequente à posse da coisa móvel, nos crimes de

- A) apropriação indébita.
- B) furto.
- C) roubo.
- D) estelionato.

6) Autor de estupro, em que a vítima venha a falecer, em decorrência da violência praticada, responde por

- A) estupro qualificado pelo resultado.
- B) estupro, em concurso formal com homicídio.
- C) estupro, em concurso material com homicídio.
- D) homicídio, este absorvendo o crime de estupro.

7) Pessoa que anuncia cura de doença, por meio secreto ou infalível, pratica

- A) curandeirismo.
- B) exercício ilegal da medicina.
- C) charlatanismo.
- D) exploração da credulidade pública.

8) A inserção de declaração falsa, em documento público ou particular, colimando a criação de obrigação, é tipificada como

- A) falsificação de papéis públicos.
- B) falsificação de documento público.
- C) falsidade ideológica.
- D) falsificação de documento particular.

9) O superior hierárquico que, por indulgência, deixa de responsabilizar subordinado, que cometeu infração, no exercício do cargo, pratica o crime de

- A) prevaricação.
- B) condescendência criminosa.
- C) corrupção passiva.
- D) desobediência.

10) Não se admite a interceptação telefônica,

- A) no curso da investigação criminal.
- B) nos crimes apenados com reclusão.
- C) quando houver indícios apenas razoáveis da autoria.
- D) quando a prova puder ser feita por outros meios disponíveis.

11) Caso o inquérito policial seja eivado de vício de forma,

- A) acarretará a anulação da ação penal, pois o inquérito policial é pressuposto daquela.
- B) será mera irregularidade, que deverá ser sanada a qualquer tempo.
- C) por tratar-se de peça meramente de informação, nenhuma consequência acarretará à ação penal.
- D) estará o Ministério Público impedido de oferecer a denúncia.

12) Na sentença condenatória, o juiz deverá, obrigatoriamente,

- A) fixar, exclusivamente, a pena definitiva, deixando para o magistrado da execução penal decidir sobre o regime de cumprimento da pena.
- B) fixar a pena definitiva e também o regime de cumprimento dessa pena.
- C) fixar a pena-base, bem como a definitiva e o regime de cumprimento da pena.
- D) fixar tão somente a pena-base e o regime de cumprimento dessa pena, pois no juízo da execução é que será fixada a pena definitiva.

13) A prisão por mandado judicial autoriza

- A) sempre o uso de força.
- B) o uso de força, só no caso de resistência.
- C) o uso de força, só no caso de tentativa de fuga de preso.
- D) o uso de força, no caso de resistência ou de tentativa de fuga de preso.

14) Na oitiva do indiciado, no interrogatório policial, o termo respectivo deve conter a assinatura

- A) de pelo menos uma testemunha presencial.
- B) de duas testemunhas que lhe tenham ouvido a leitura.
- C) obrigatoriamente do advogado do acusado.
- D) de duas testemunhas que lhe tenham assistido a oitiva.

15) O sigilo, previsto na Lei 6368/76,

- A) foi ab-rogado pela Constituição Federal de 1988.
- B) abrange a prisão em flagrante e o inquérito policial e, na ação penal, ficará a critério exclusivo do juiz a sua manutenção.
- C) abrange apenas a prisão em flagrante delito.
- D) abrange obrigatoriamente a prisão em flagrante delito, o inquérito policial e a fase da ação penal.

16) O ingresso do protegido no programa previsto na Lei 9807/99 é decisão

- A) da autoridade judiciária competente.
- B) do conselho deliberativo.
- C) da autoridade policial.
- D) do representante do Ministério Público.

17) No que pertine ao prazo de duração, a interceptação telefônica

- A) terá um prazo fixado livremente pelo juiz, dependendo das circunstâncias do fato investigado.
- B) não poderá exceder o prazo de 10 dias, renovável por igual tempo.
- C) não poderá exceder o prazo de 15 dias renovável por igual tempo.
- D) terá a duração necessária para atingir os objetivos propostos.

18) Ao examinarmos o cadáver de uma jovem verificamos: face edemaciada e cianótica, língua escura projetada além das arcadas dentárias, pequenas equimoses na face e pescoço, sulco horizontalizado, uniforme, contínuo, por baixo da cartilagem tireóide. Podemos determinar a morte por

- A) estrangulamento.
- B) enforcamento.
- C) esganadura.
- D) sufocação direta.

19) A manifestação de um fenômeno transformativo destrutivo pode se verificar pela

- A) coagulação sangüínea.
- B) mancha hipóstase.
- C) circulação póstuma de Brouardel.
- D) Lei de Nysten.

20) Criminoso portador de personalidade patológica, caracterizada por pobreza nas reações afetivas, conduta anti-social inadequadamente motivada, carência de valor, ausência de delírios, falta de remorso e senso moral, incapacidade de controlar os impulsos e aprender pela experiência e punição, denomina-se

- A) delinqüente essencial.
- B) psicopata.
- C) delinqüente psicótico.
- D) neurótico.

21) Segundo a Constituição Federal, a legislação sobre a organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis incumbe,

- A) concorrentemente, à União, aos Estados e ao Distrito Federal.
- B) concorrentemente, à União e aos Estados.
- C) privativamente, aos Estados, através de lei complementar ou ordinária.
- D) privativamente, aos Estados, através de lei complementar.

22) Nos termos do texto da Constituição da República, a Administração Pública deve observar os seguintes princípios:

- A) publicidade, finalidade, moralidade, legalidade e eficiência.
- B) publicidade, finalidade, moralidade, oportunidade e eficiência.
- C) publicidade, impessoalidade, moralidade, legalidade e eficiência.
- D) publicidade, impessoalidade, moralidade, oportunidade e eficiência.

23) Na vigência do Estado de Defesa é correto afirmar que

- A) a prisão ou detenção de qualquer pessoa não poderá ser superior a 5 dias, salvo quando autorizada pelo Poder Judiciário.
- B) é vedada a incomunicabilidade do preso.
- C) é vedada a restrição ao sigilo de correspondência.
- D) é vedado ao preso, por crime contra o Estado, requerer exame de corpo de delito à autoridade policial.

24) O alistamento eleitoral e o voto são

- A) facultativos para os eleitores estrangeiros que residam no Brasil.
- B) obrigatórios para maiores de dezoito anos, alfabetizados ou não.
- C) facultativos para eleitores estrangeiros que residam no Brasil e para os maiores de setenta anos.
- D) facultativos para os analfabetos e para os maiores de setenta anos.

25) Não se admite "habeas-corpus" em relação a punições:

- A) disciplinares e civis.
- B) civis e administrativas.
- C) disciplinares e militares.
- D) administrativas e militares.

26) A idade mínima exigida como condição de elegibilidade para o cargo de Senador é de

- A) vinte e um anos.
- B) trinta anos.
- C) trinta e cinco anos.
- D) quarenta anos.

27) Assinale a alternativa na qual figuram objetivos da República Federativa do Brasil, considerados como fundamentais pelo texto constitucional.

- A) A erradicação da pobreza e da marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais.
- B) A prevalência dos direitos humanos e o repúdio ao terrorismo.
- C) A defesa da paz e a construção de uma sociedade livre, justa e solidária.
- D) A prevalência dos direitos humanos e dos valores sociais do trabalho.

28) Quanto à Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) é correto afirmar que se trata de um(a)

- A) acordo internacional.
- B) tratado internacional.
- C) pacto internacional.
- D) resolução da Assembléia Geral da ONU.

29) A Convenção Americana de Direitos Humanos prevê que somente a Comissão e os Estados signatários podem submeter controvérsias à Corte, não permitindo que indivíduos, grupos de indivíduos e organizações não governamentais a provoquem diretamente. Pretende-se com isso

- A) privilegiar a solução jurídica dos conflitos.
- B) privilegiar a solução consensual dos conflitos.
- C) possibilitar que todos a acionem diretamente.
- D) privilegiar a solução jurídica ou litigiosa dos conflitos.

30) A finalidade básica dos direitos humanos é coibir o abuso

- A) do poder estatal.
- B) do poder estatal e dos indivíduos.
- C) dos indivíduos.
- D) de grupos de indivíduos.

31) O estágio probatório do servidores públicos nomeados para cargo de provimento efetivo, em virtude de concurso público, é de

- A) dois anos.
- B) três anos.
- C) um ano.
- D) quatro anos.

32) Policial é preso em flagrante por crime de concussão. Em seu desfavor, além do processo penal, é instaurado procedimento disciplinar que culmina com decreto demissório. Para atender aos requisitos de validade do ato administrativo esse decreto foi assinado pelo

- A) Presidente da Comissão Processante.
- B) Governador.
- C) Secretário da Segurança Pública.
- D) Juiz Criminal.

33) Os bens dominicais do Estado só não podem ser alienados mediante o instituto do(a)

- A) usucapião.
- B) dação em pagamento.
- C) doação.
- D) retrocessão.

34) Torres e redes elétricas que ocupam terrenos de propriedade particular, instaladas por sociedade de economia mista, caracterizam caso de

- A) servidão civil.
- B) desapropriação.
- C) servidão administrativa.
- D) limitação administrativa.

35) A falta de norma regulamentadora que torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania pode ser suprida pelo

- A) mandado de segurança.
- B) habeas data.
- C) habeas corpus.
- D) mandado de injunção.

36) A faculdade da Administração Pública de decidir e executar, diretamente, as medidas ou sanções de polícia administrativa por seus próprios meios, sem intervenção ou autorização prévia do Poder Judiciário, caracteriza o atributo do ato administrativo conhecido como

- A) auto-executoriedade.
- B) imperatividade.
- C) exigibilidade.
- D) exeqüibilidade.

37) Afirmando que "as competências administrativas só podem ser validamente exercidas na extensão e intensidade proporcionais ao que seja realmente demandado para cumprimento da finalidade de interesse público a que são atreladas", referimo-nos ao princípio do(a)

- A) proporcionalidade.
- B) interesse público.
- C) finalidade.
- D) razoabilidade.

38) A taxa, espécie de tributo, é um dos fatos geradores do poder administrativo nominado pelos doutrinadores como poder

- A) regulamentar.
- B) hierárquico.
- C) disciplinar.
- D) de polícia.

39) É permitido ao policial civil requerer ou representar, pedir reconsideração e recorrer de decisões. O pedido de reconsideração deverá ser dirigido

- A) ao superior hierárquico da autoridade que editou o ato.
- B) ao Delegado Geral de Polícia em qualquer caso.
- C) à mesma autoridade que editou o ato.
- D) ao Secretário da Segurança nos casos da aplicação de penas expulsórias.

40) "Ato administrativo unilateral e vinculado pelo qual a Administração faculta àquele que preencha os requisitos legais o exercício de uma atividade" é

- A) autorização.
- B) licença.
- C) concessão.
- D) permissão.

41) Possuindo uma pessoa duas residências regulares, considera-se seu domicílio

- A) aquela onde reside mais tempo.
- B) aquela que por último passou a ocupar.
- C) qualquer delas .
- D) aquela que for de sua propriedade.

42) A execução, no Brasil, de sentença proferida no estrangeiro dependerá, entre outras condições, de

- A) homologação pelo Superior Tribunal de Justiça.
- B) homologação pelo Supremo Tribunal Federal.
- C) "exequatur" do Ministério da Justiça.
- D) averbação no Ministério das Relações Exteriores.

43) As ações pessoais prescrevem, ordinariamente, em

- A) vinte anos.
- B) quinze anos.
- C) dez anos.
- D) cinco anos.

44) Quando o objeto do ato jurídico for impossível, diz-se que o ato é

- A) nulo.
- B) anulável.
- C) ratificável.
- D) discricionário.

45) Casamento "in articulo mortis" é o mesmo que casamento

- A) putativo.
- B) simulado.
- C) presumido.
- D) nuncupativo.

46) São representados e assistidos, respectivamente, os menores de

- A) 14 anos e os entre 14 e 18 anos.
- B) 16 anos e os entre 16 e 18 anos.
- C) 16 anos e os entre 16 e 21 anos.
- D) 18 anos e os entre 18 e 21 anos.

47) O direito de usar, gozar, dispor e reivindicar caracteriza a propriedade

- A) resolúvel.
- B) plena.
- C) limitada.
- D) usufrutuária.

48) A relação que liga uma pessoa aos parentes de seu cônjuge denomina-se

- A) colateralidade.
- B) afinidade.
- C) lateralidade.
- D) legitimação conjugal.

49) Diz-se "velha" a posse após

- A) cinco anos.
- B) dois anos e dia.
- C) dez anos.
- D) ano e dia.

50) Quando o devedor cede ao credor um imóvel para que este, em compensação de dívida, exerça o direito de perceber seus frutos e rendimentos, temos um caso de

- A) anticrese.
- B) aforamento.
- C) servidão.
- D) acessão.

Gabarito

1-D 2-B 3-A 4-B 5-A 6-A 7-C 8-C 9-B 10-D 11-C 12-C 13-D 14-B 15-B 16-B 17-C 18-A 19-C 20-B 21-A 22-C 23-B 24-D 25-D 26-C 27-A 28-D 29-B 30-A 31-B 32-B 33-A 34-C 35-D 36-A 37-A 38-D 39-C 40-B 41-C 42-B 43-A 44-A 45-D 46-C 47-B 48-B 49-D 50-A